

Do
NR
l

ATA NÚMERO TRÊS

Aos sete dias do mês de janeiro de 2020, nas instalações do Estabelecimento Prisional de Lisboa, sitas na Rua Marquês de Fronteira, n.º 54, em Lisboa, reuniu o júri do procedimento concursal Ref.ª «Distrito de Lisboa e Setúbal» (referência 234/AT/2019), para constituição de reserva de recrutamento na carreira e categoria de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviço Prisionais — Estabelecimentos Prisionais, Centros Educativos, Equipas de Reinserção Social e Equipas de Vigilância Eletrónica do Continente e das Regiões Autónomas, cujo Aviso (extrato) n.º 14683/2019, foi publicado nesta data em Diário da República, 2.ª série, n.º 181, de 20 de setembro, e publicitado na BEP com o número OE201909/0437, estando presentes os seguintes elementos:

Presidente:

Ana Cristina Gonçalves Ilheu, Diretora do Núcleo de Apoio Técnico de Lisboa, da Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas;

Vogais:

Rui Nuno Duarte Rodrigues, Coordenador de Equipa do Centro Educativo Navarro de Paiva;

Sandra Isabel Roque Vida-Larga, Técnica Superior da DGRH/DSRH.

A presente reunião teve como objetivo:

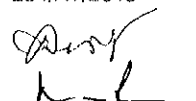

- 1) Apreciar as alegações oferecidas pelos candidatos, em sede de audiência de interessados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 23.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril;
- 2) Determinar qual o método de seleção obrigatório a aplicar a cada candidato;
- 3) Confirmar a data, hora e local da realização da prova de conhecimentos.

- 1) **Apreciar as alegações oferecidas pelos candidatos, em sede de audiência de interessados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 23.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.**

A presente reunião iniciou-se com a apreciação das alegações trazidas, em sede de audiência de interessados, para o Distrito de Lisboa, pelas candidatas Cátia Filipa Queimado Silva e Rosa Maria da Silva Oliveira, pelos motivos constantes dos pontos iii e i, respetivamente, da alínea b) do ponto 1, da ata n.º 2 de 13.12.2019;

As candidatas acima mencionadas vieram, em sede de audiência prévia, juntar a documentação solicitada nos pontos supra referidos da alínea b) da ata n.º 2 de 13.12.2019, pelo que o Júri deliberou, por unanimidade, admiti-las ao presente procedimento concursal.

Mais deliberou o Júri excluir, definitivamente, os candidatos de acordo com os fundamentos já expostos, bem como notificá-los, por email, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 10.º, para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 31.º, todos da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril:

Para o Distrito de Lisboa

Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

- i. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Amadeu Duarte Moreira Lopes
- Ana Rita Ruão Moreno Dos Santos

- ii. Por não ter apresentado a declaração que comprove de forma inequívoca que se enquadra na situação prevista no artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e Voluntariado, aprovado pela Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro, tal como era exigido na alínea f) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Diana Sofia Costa Martins

- iii. Por não comprovar ser detentor da habilitação literária exigida no ponto 8 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Nuno Miguel Ramos da Silveira

- iv. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Alfredo Jorge Campujak
- Ana Catarina Jorge Silva
- Ana Margarida Morgado Cascalheira Marçal Viera
- Carina José Oliveira Romano
- Carla Andreia Pereira Peres Branco
- Hélder Gouveia Lopes Coimbra
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Neuza Cunha Lisboa Assunção
- Rui Pedro Batalha Gomes

Para o Distrito de Setúbal

Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

- i. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Amadeu Duarte Moreira Lopes



ii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Carina José Oliveira Romano
- Carla Andreia Pereira Peres Branco
- Helder Gouveia Lopes Coimbra
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Susana Raquel Alves Moreira

2) Determinação do método de seleção obrigatório a aplicar a cada candidato

Analizadas as candidaturas, as respetivas declarações das funções exercidas à data de abertura do presente procedimento concursal, e considerando que os candidatos concorreram às várias unidades orgânicas existentes nos diferentes distritos, ou seja, concorreram ao distrito *per si*, logo as caracterizações dos postos de trabalho nas diversas unidades orgânicas por distrito, e a concurso, são diferentes, pelo que deliberou o Júri determinar que o método de seleção obrigatório a aplicar a todos os candidatos será a prova de conhecimentos.

3) Confirmação da data, hora e local da realização método de seleção – Prova de conhecimentos

Deliberou o Júri, por unanimidade, confirmar a deliberação constante da Ata n.º 2, de 16.12.2019, isto é, a prova de conhecimentos encontra-se agendada para o próximo dia 17 de janeiro de 2020, pelas 10:30 horas, que terá lugar nas instalações desta Direcção-Geral, sitas no Estabelecimento Prisional de Lisboa, Rua Marquês da Fronteira, n.º 54, em Lisboa.

Verificou o júri que alguns dos candidatos são comuns a outras referências do presente concurso, assim, e considerando que a prova de conhecimentos é comum a todas as referências (distritos) deliberou o júri que os referidos candidatos realizam apenas uma prova de conhecimentos, aproveitando-se o resultado da referida prova para as outras referências.

Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente ata que vai ser assinada pelos membros do júri, após ter sido lida e achada conforme.

Presidente

Ana Cristina Gonçalves Ilheu

Vogal

Rui Nuno Duarte Rodrigues

Vogal

Sandra Isabel Roque Vida-Larga

